

## O CONTRIBUTO DAS MISSÕES PROTESTANTES E DO TOKOISMO NA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

*The Contribution of Protestant Missions and Tokoism  
in the Liberation of Angola*

João Baptista Gime Luís<sup>1</sup>

### RESUMO

A implantação missionária protestante em Angola ocorre nos finais do século XIX. A sua maioria, congregacionista, segue a autonomia doutrinal da Reforma e instala-se por força dos acordos internacionais no território. Diferentemente da Igreja Católica, que acompanha a presença expansionista portuguesa desde o século XVI, as igrejas protestantes motivam desconfiança às autoridades portuguesas. As críticas proferidas em relação às políticas coloniais levam a que muitas das suas instalações sejam encerradas, sobretudo, no decurso dos acontecimentos políticos de Angola, em 1961. A mesma sorte tem o movimento profético-salvífico *tokoista* que, decorrendo do cristianismo (católico e protestante), pretendeu substituir os valores do colonizador utilizando-os para o melhoramento do contexto social das populações locais. Isto é, pretendeu africanizar os valores advindos com a colonização quer fossem religiosos ou socioculturais podendo assim mobilizar as populações angolanas para a resistência e na crença da libertação. Este estudo, no quadro da colonização portuguesa em Angola e com base à atitude historiográfica da história política, analisando fontes arquivísticas e bibliográficas disponíveis, destaca o papel das missões protestantes e do movimento de Simão Toko no despertar político das elites locais feito conseguido com a Proclamação da Independência nacional de Angola no ano de 1975. Sublinha-se, pois, que o desempenho destas missões, e também do *tokoismo*, nos domínios da educação, instrução, saúde no seio das comunidades locais embate contra as políticas das autoridades governamentais.

**Palavras-chave:** Missões protestantes; tokoismo; libertação; Angola.

### ABSTRACT

The Protestant missionary implantation in Angola takes place in the late 19th century. Most of them, Congregationalists, follow the doctrinal autonomy of the Reform and settle under international agreements in the territory. Unlike the Catholic Church, which has accompanied the Portuguese expansionist presence since the 16th century, the Protestant churches motivate distrust of the Portuguese authorities. The criticisms made in relation to colonial policies led to many of its installations being closed, especially during the course of political events in Angola, in 1961. The same fate has the Tokoist prophetic-salvific movement that, arising from Christianity (Catholic and Protestant), intended to replace the values of the colonizer, using them to improve the social context of local populations. That is, it intended to Africanize the values arising from colonization, whether religious or sociocultural, thus mobilizing Angolan populations for resistance and the belief in liberation. This study, in the context of Portuguese colonization in Angola, highlights the role of protestant missions and the Simão Toko movement in the political awakening of local elites achieved with the proclamation of Angola's national independence in 1975. It is therefore underlined that the performance of these missions, and also of Tokoism, in the fields of education, instruction, health within local communities' clashes with the policies of government authorities.

**Keywords:** Protestant missions; tokoism; liberation; Angola.

---

<sup>1</sup> Doutor pelo Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global da Universidade de Lisboa, através do Instituto de Ciências Sociais, com a colaboração da Faculdade de Letras, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade de Évora. Mestre pela Universidade de Lisboa Faculdade de Letras. Professor Auxiliar do Departamento de História do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. E-mail: gimeluisibn@gmail.com.

## Introdução

O colonialismo, antecedido pelos anos de exploração e de comércio de escravos, serve de indicador da missão civilizadora europeia em África. Em Angola, os missionários aparecem na primeira hora, a acompanhar o processo expansionista do império português. Ora, a Igreja Católica, no exercício da sua atividade tutelada pelo poder político, recebe inúmeras críticas das confissões protestantes. Aquando da chegada dos missionários protestantes em Angola, no último terço de Oitocentos, estes acusam os congéneres católicos pelo atraso de Angola, uma decorrência das políticas coloniais. Segundo os missionários protestantes, Angola carece de melhores oportunidades quanto ao acesso à religião, à educação, à saúde e ao bem-estar social.

Sabe-se que até finais do século XIX, o alicerce do sistema português em Angola fundamenta-se no comércio de escravos. A Igreja Católica Romana que segue, de perto, a bandeira de Portugal, não contraria o tráfico negreiro. Nos cais de Luanda, por volta de 1870, podia ver-se a cadeira de mármore onde o bispo se costumava sentar e batizar os pobres infelizes, à medida que os barcos iam sendo carregados e eles colocados em fila no convés. O Governo recebia o seu imposto, o piedoso eclesiástico recebia a sua remuneração, e os escravos eram assim introduzidos, pela primeira vez, na religião do branco. A indiferença católica pode ver-se também no decurso do século XX.

A chegada dos protestantes em Angola possibilita um quadro religioso e sociocultural junto das populações nativas diferente do que alguma vez se tinha visto sob o regime católico, ao mesmo tempo que veiculavam novas ideias que libertavam os africanos dos laços de lealdade absoluta quer às suas sociedades tradicionais, quer à autoridade portuguesa.

Em relação às políticas laborais, os protestantes induzem a uma maior consciência para escapar à opressiva lei do Indigenato<sup>2</sup> e ao trabalho forçado que, à época, representavam as principais características da presença e missão civilizadora de Portugal em Angola.

Apesar de posterior, a atividade protestante em Angola, cedo se inteira da fragilidade política e religiosa desse território no século XX. Na mesma linha, e com um olhar bastante

---

<sup>2</sup> Lei do Indigenato, termo utilizado no contexto do modelo colonial português, princípio do primeiro quartel do século XX, para definir os direitos dos povos nativos em relação aos portugueses (metropolitanos) no que respeita ao estatuto de cidadania. Em Angola, é no ano de 1961 que a lei do indigenato é revista e abolida com as reformas introduzidas por Adriano Moreira, Ministro do Ultramar. Até 1961 os povos nativos ou indígenas de Angola não tinham quaisquer direitos civis e jurídicos. Todavia, apesar da abolição da lei do Indigenato, estes povos só simbolicamente eram dotados de cidadania na legislação portuguesa. Este fato (de exclusão da cidadania para os autóctones) transformou-se num dos argumentos que as elites angolanas locais se serviram para contestar *de facto* o poder colonial imposto no território, dando início à luta da libertação de Angola no ano de 1961.

autóctone, dedica-se o movimento profético-salvífico *tokoista* na defesa das populações angolanas exploradas pelo sistema colonial português. (KISELA, 2004). As estruturas administrativas portuguesas não cobrem todas as comunidades locais. A influência católica é exígua. Não admira a quantidade de angolanos largamente intocados pelos ideais ocidentais, influenciados apenas pelas suas velhas relações comerciais com os portugueses. (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 125).

Esse panorama, constatado pelas diversas confissões protestantes e pelas ações do «profeta» Simão Gonçalves Toko, leva estas a concluir que Angola, no geral, padece de uma profunda crise moral, a de uma sociedade africana em desintegração.

É desafio deste estudo, no quadro da colonização portuguesa em Angola e baseando-se na atitude historiográfica da história política com recurso às fontes arquivísticas e bibliográficas disponíveis, destacar o papel das missões protestantes e do movimento de Simão Gonçalves Toko no despertar político das elites locais, da resistência à opressão colonial à libertação política do território angolano, em 1975. Sublinha-se, pois, que o desempenho destas instituições religiosas, nos domínios da educação, instrução, saúde no seio das comunidades locais embate contra as políticas das autoridades governamentais.

### **As missões e intervenção protestante no território angolano**

É nos finais de Oitocentos que se vislumbra a presença protestante em Angola. O primeiro registo respeita à Sociedade Missionária Baptista Inglesa (SMB), que se instala em São Salvador do Kongo, em 1878. Segue-se-lhe, em 1880, o Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras, Congregacionistas, com sede no Bailundo. Em 1882, é a vez da Sociedade Missionária Baptista Americana no Estrangeiro, que também se fixa no Bailundo.

A Igreja Episcopal Metodista instala-se em Luanda, em 1885, e a Igreja Unida do Canadá, no Bailundo, em 1886. As Missões Cristãs em Muitas Terras chegam em 1889. Em 1890, no Bié, instalam-se Os Irmãos de Plymouth. Sete anos mais tarde, em 1897, a Missão Filafricana ocupa-se da região de Caluquembe. A Liga Evangélica de Angola chega em 1897. A Aliança Cristã e Missionária, em 1907. A Missão Geral da África do Sul, em 1914. Já os Adventistas do Sétimo Dia, chegam em 1924, começando por se fixar em Cabinda. (WHEELER e PÉLISSIER, 2009).

A chegada protestante, em Angola, segue em crescendo, embora não de um modo predefinido ou dirigido. Apesar das suas intenções de missionação, todas as confissões

religiosas têm uma visão diferente da sociedade de Angola. A certeza é que as localidades por onde os missionários se enraízam se vão identificando com a «nova» doutrina trazida, adotando-a, inclusive, na sua idiossincrasia e no quotidiano social. (CARVALHO, 2001; GRENFELL, 2012; HENDERSON, 1990).

Por força dessas influências, as comunidades locais despertam não só segundo os princípios religiosos, mas também cultural, económica, social e politicamente. Coteje-se, a esse propósito, a correspondência de 1961 dos serviços ultramarinos angolanos (Informação n.º 661/61-GU) enviada à Presidência do Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e ao Subsecretariado da Aeronáutica na qual se dá fé das atividades da organização americana CLA, Comité de Libertação de África, nos territórios portugueses. Das várias atividades e intenções essa organização, composta também por judeus americanos capitalistas, com colaboração de elementos dos partidos oposicionistas aos Governos de Portugal e Espanha exilados no Brasil, pretende em primeira mão usufruir benefícios em Angola e Moçambique, por exemplo, através das confusões e desordens por si financiadas. Em Moçambique, os interesses do CLA concentram-se na região do Tete. Já em Angola, Barra do Dande, Lifune, Benfica, Cabinda, Luanda, Dundo, Saurimo, Malange, ou seja, todos os centros onde se encontram os jazigos petrolíferos, minas de diamantes e minas de material radioativo. Aliás, conforme se verifica na mesma correspondência, a penetração efetiva do CLA tem sido executada através das Missões Protestantes, tendo como «intermediária» a Missão dos Adventistas do Sétimo Dia e outras<sup>3</sup>.

No fervilhar do nacionalismo africano no contexto do desenvolvimento da África depois da experiência da Segunda Guerra Mundial, as comunidades angolanas beneficiam, em larga medida, da solidariedade eclesial protestante. Este apoio molda, em particular, as elites dos próprios movimentos de libertação como a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA. Embora a elite do MPLA se constituísse com mais elementos católicos. (MARCUM, 1969; ROSAS, 2015).

A chegada do protestantismo em Angola não era recente. Em 1878, em São Salvador do Kongo, a Sociedade Missionária Baptista Inglesa dedicou-se à ação pastoral no Norte de Angola. Enquanto os angolanos estão refugiados no Congo Léopoldville, a ação dos batistas estendeu-se nas vilas e cidades. Formou-se, em 1968, a Associação das Igrejas Batistas no Exílio (ACEBA) que não só mantém viva a determinação de incentivar o regresso e a

---

<sup>3</sup> PT/TT AOS/CO/PC, Atividades da Organização Americana CLA, Informação n.º 66/61-GU, 77, pasta 52, n.º 217, 3 de Maio de 1961.

reconstrução social, como capacita os jovens para a futura Angola, de Mbanza Kongo a Kibokolo. (HENDERSON, s/d, p. 112; WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 126).

A Igreja Episcopal Metodista, chegada em 18 de Março de 1885 com o Bispo William Taylor, funda, em 22 de Março de 1885, a primeira Igreja Metodista Episcopal em Angola, na cidade de Luanda. Assentou os seus arraiais na zona Mbundu, dos falantes do *kimbundu* e dos antigos reinos N’gola, N’dongo, Matamba, Kassanje — com a fundação da Missão do Dondo, em 25 de Maio de 1885, a primeira Metodista no interior, seguindo-se as de Pungu-A-Ndongo, em 13 de Setembro de 1885, Quiongua e Canandua, em 1890, Quéssua, em 1895. (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 127).

Os Congregacionistas, já desde 1880 e, posteriormente, a Igreja Unida do Canadá, 1886, instalaram-se no Bailundo. O concelho dessas igrejas, na zona do planalto central de Angola, segue de perto a estrutura social Ovimbundu. Lembre-se que à data da chegada desses missionários protestantes ao planalto central angolano, concretamente ao Bié, este território pertencia ainda ao então reino dos Ovimbundu. (NEVES, 2007, pp. 511–526). Há muito, na segunda metade do século XVII, que por motivos económicos as autoridades portuguesas acentuam a conquista dos territórios dos Bailundo. Na ordem dos acontecimentos estavam o progresso social e administrativo da colónia pela sujeição de Angola aos interesses do Brasil. (DELGADO, 1953). Ora, a organização social dos povos bailundo à volta do rei, regida por aldeamentos em palhotas colidia com o estilo urbano da implantação da administração portuguesa. Caracterizados por uma organização rural e votados aos costumes tradicionais, esses povos do Planalto Central angolano receiam e intentam, tal como muitos outros povos do futuro território angolano, resistir ao impacto da presença portuguesa. Suplantados pelas campanhas portuguesas na primeira década de 1900, os Bailundo vêm os seus territórios ocupados. O avanço colonizador português, a par da resistência Bailundo, impõe-se. Desde aí, as duas dimensões da organização social, rural (autóctone) e urbano (europeu) convivem, com sobreposição deste último ainda que com vários incidentes que vão alimentar a prenúnciação dos tempos conturbados que se viveriam nos anos 60. (WHEELER e PÉLISSIER, 2009, p. 128). As estações missionárias assumem adotando, no seu múnus pastoral, as funções da *ombala*, que é, na configuração social Bailundo, a aldeia do rei. (HENDERSON, 1990, p. 138). Penetrando nos meandros destes povos, os missionários protestantes valorizam os seus usos consuetudinários. Mais do que paternalismo, a influência protestante supera a alienação cultural, social e política imposta a esses povos pelas autoridades portuguesas. Dinamiza a

«nova» sociedade estimulando as suas estruturas tradicionais a partir da doutrina cristã protestante.

Para os angolanos, os missionários protestantes, estrangeiros, tornam-se numa força essencial para a alteração do aspeto retrógrado das condições sociais impostas pelas autoridades administrativas. Estes benefícios, do esforço protestante, diante dos moldes da administração colonial não são explorados pelos angolanos de modo consciente. Quer os missionários quer as populações angolanas estão sob o domínio português. Todavia, com o andar do tempo, na década de 1960, a influência protestante arrojara a consciência autonomista angolana. (NEVES, 2007).

As missões estrangeiras impulsionam um dinamismo que resgata, e, ao mesmo tempo desperta a dignidade, os direitos sociais e aproxima os angolanos da evolução do mundo. O conhecimento dos outros povos, a circulação de ideias, as oportunidades de formação avançada no estrangeiro reabrem expectativas e possibilidades de modernização das sociedades locais.

A inclusão dos angolanos nas várias atividades de missionação, através de tarefas comunitárias, leva as populações locais a verem os novos agentes como aliados do desenvolvimento e da sua autoafirmação.

Os missionários desempenharam as funções de educadores, pastores e médicos. Ensinam a religião e a instrução nas línguas vernáculas, mas também traduzem as Sagradas Escrituras nas línguas locais, angolanas, tornando menos elitista o acesso à instrução e à educação. (BAUER, 1994, p. 228; TOMÁS, 2010, p. 11)<sup>4</sup>. Concedem bolsas de estudos para alunos no estrangeiro a expensas das missões ou conforme as possibilidades das famílias.

Esse modo de proceder protestante dá alento e esperanças de tempos diferentes às populações, por um lado, mas, por outro, significa ameaça para os interesses portugueses. Para os administradores e os comerciantes locais, os missionários representam uma ameaça que faz perigar quer a autoridade portuguesa quer os ganhos dos comerciantes, concertados às políticas coloniais. As populações despertam a ponto de identificar a discriminação racial e social arraigada na colónia. Estes missionários trazem uma doutrina, mais aberta e inclusiva, nem sempre concordante com os interesses político-burocráticos e económicos vigentes.

Denominados hóspedes estrangeiros, por Lisboa e por Luanda, as autoridades metropolitanas não vêem com bons olhos o desenrolar das atividades missionárias protestantes. Suspeitando das atividades desses missionários protestantes, cujo destaque da missão recai na

---

<sup>4</sup> Particulariza-se a tradução do Novo Testamento em língua *umbundu* pelo Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras.

sua perigosidade política, as autoridades propõem-se à revisão das políticas do exercício religioso no território, preferindo, entretanto, revigorar as antigas parcerias com a Igreja Católica<sup>5</sup>.

Para as autoridades portuguesas, o impacto missionário protestante em Angola desvirtua a política de unidade do projeto imperial e, depois, colonial. Angola pode caminhar politicamente por si própria.

Sublinhe-se, portanto, que as preocupações contra o labor missionário protestante em Angola não se limitam às autoridades coloniais, locais. Deslocam-se e podem ser vistas entre as prioridades políticas da Metrópole quanto à conservação dos territórios ultramarinos, particularmente do de Angola.

Um novo perigo, real ou imaginário, surge. A herança imperial portuguesa espreita o ocaso (também) com um despertar de separatismo angolano. Por essas razões, segundo Alexandre Valentim (2000, pp. 187–188), Lisboa reaviva a partir dos anos 1920 o nacionalismo imperial, nas suas formas mais radicais, levando à constituição de um «Movimento de Defesa das Colónias». Os temas desse Movimento nada mais são senão os apregoados no campo da ideologia colonial do último quartel do século XIX, que afirma o carácter sagrado do império como objeto da «missão histórica» de Portugal e garante da sua sobrevivência.

Derrubada a Primeira República, o regime salazarista revigora os ditames imperiais portugueses. Sob o Estado Novo<sup>6</sup>, o governo de Lisboa concentra o poder, limitando a

---

<sup>5</sup> Atente-se ao contexto da intensificação das missões protestantes no espaço colonial português, Angola, o rompimento das relações entre o Estado e a Igreja católica causadas pelo declínio da Monarquia e ascensão da Primeira República. Relações retomadas, entretanto, com o Estado Novo. Sobre o assunto, vejam-se os estudos de (ABREU, 2010; ALEXANDRE, 2000, 2017; “Bases Orgânicas da Administração Colonial, Carta Orgânica da Colónia de Angola: aprovada por Decretos n.ºs. 12/421 e 12/499, respetivamente, de 2 e 4 de Outubro de 1926”, 1926).

<sup>6</sup> António de Oliveira Salazar, 1889-1970, é a figura política que marcou o fim da Primeira República implantada em 1910, transformando-a em Estado Novo, salazarista, em 1933. Findo o ciclo da Monarquia, contra todas as contrariedades políticas, é implantada a República em Portugal no ano de 1910. Todavia, a implantação da República não retira, nos círculos das elites políticas, o sentimento de insatisfação sobre a gestão da *res publica*. Entrementes a 1910 e 1926 ergue-se um pronunciamento militar cujo fim era derrubar o regime parlamentar emergente da declaração da República. As causas de tal situação apreendem-se na crise política, económica e social em que o país se encontrava mergulhado, ao lado do crescente descrédito popular contra os sucessivos governos da Primeira República. A Primeira República e a sua marca constitucional-democrática termina, assim, com o golpe militar, em 1926, sucedendo-lhe o Estado ditatorial, salazarista, com a Constituição de 1933. É importante sublinhar a hegemonia política de Salazar e do seu Estado Novo, e a sua relação com a Igreja Católica, marcado no ano de 1930. Após um período de confrontação entre os que pretendiam apenas «regenerar» a república implantada em 1910 e os que queriam «fundar» uma nova ordem política, económica e social assente num Estado autoritário, o ano de 1930 pôs termo a esta confrontação com a derrota dos «regeneradores» republicanos, onde se destacavam os generais Vicente de Freitas e Ivens Ferraz, e a hegemonia real da corrente salazarista, com destaque da entronização de Gonçalves Cereja como patriarca de Lisboa, amigo íntimo de Salazar. O ano de 1930 torna-se, assim, decisivo uma vez que subia ao topo da hierarquia da Igreja Católica a mesma matriz ideológica e política que conduzia os destinos do Estado. Para uma biografia de Salazar, veja-se (PINTO, 2010).

autonomia dos governos coloniais, conforme o preveem as Bases Orgânicas da Administração Colonial (decreto n.º 12.421, de 2-10-1926), nas quais Lisboa se torna o centro das decisões políticas e apela para a «unidade política do território colonial»<sup>7</sup>.

A função limitada dos governos coloniais, reforçada pelas superintendência e fiscalização do poder central, vai, sob a diligência do comandante João Belo, seguir as novas Bases Orgânicas da Administração Colonial. Daí que, a seguir ao decreto n.º 12 421 (vide supra), se elabora o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor (decreto n.º 12.485, de 13.10.1926), do qual se firma o acordo entre o governo saído da revolução de 28 de Maio e a Igreja Católica portuguesa. Este decreto faz a declaração que as missões católicas (portuguesas) podem estabelecer-se nas colónias e exercer a sua ação civilizadora em todos os seus territórios. As missões passam a gozar de personalidade jurídica e são subsidiadas pelo Estado, que as considera instituições nacionais. (GABRIEL, 1975, pp. 345–346). Para o Estado, o decreto tem em vista combater a influência das missões estrangeiras, nomeadamente as protestantes, consideradas adversas ao interesse nacional e potencialmente subversivas. Tal intenção é reforçada pelo Ato Colonial, por Salazar em 1930, que dá preferência à Igreja Católica. No cerne dos propósitos estatais reside a obtenção do apoio institucional da Igreja para o exercício do controlo ideológico no Ultramar, que por si só o Estado se vê incapaz de praticar.

A solicitação de parceria à Igreja Católica pelo Estado entrava, desta forma, a disseminação da consciência autonomista dos angolanos estimulada pelas missões protestantes, por um lado. Impede, por outro, a intervenção do clero autóctone na sociedade angolana e não deixa alargar os direitos políticos e civis para a população considerada indígena. (NASCIMENTO, 2017, pp. 261–262; 281; PACHECO, 2016, pp. 72–73)<sup>8</sup>. É o que se pode observar no diploma denominado Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, que separa nas sociedades coloniais «civilizados» e «indígenas». (ALEXANDRE, 2000).

A respeito do impacto político da doutrinação protestante em Angola, importa sublinhar a solicitação secreta do Governador-Geral que avalia a interferência, direta ou indireta, nos acontecimentos do Norte de Angola das Missões Protestantes, tendo em vista os seus métodos

---

<sup>7</sup> Bases Orgânicas da Administração Colonial, Carta Orgânica da Colónia de Angola: aprovada por Decretos n.ºs 12/421 e 12/499, respetivamente de 2 e 4 de Outubro de 1926, 1926, p. 5.

<sup>8</sup> Destaca-se neste íterim, apesar de católicos, a hostilização do clero autóctone pelas autoridades portuguesas. Nos anos que se seguem a 1961, com a prisão do cónego Manuel das Neves pela PIDE, os padres africanos (o grupo dos católicos) vêm-se mesmo obrigados a comparências mensais na PIDE e sujeitos a humilhações na sua condição de clérigos.



de atuação na evangelização dos povos nativos. De modo a determinar até que ponto é possível e desejável enquadrar a ação dessas Missões, em todas as facetas que diretamente se não prendam com o ensino do Evangelho, nos planos governamentais de Assistência, de Reordenamento Rural e de Desenvolvimento Comunitário<sup>9</sup>.

Em 1964, percebe-se da agenda da visita do Governador-Geral de Angola, general Silvino Silvério Marques, à Metrópole, a vontade de as autoridades robustecerem o controlo do território, local e externamente, quanto à oposição às políticas portuguesas. Para tal, conforme os registos da correspondência de Angola

É o caso dos missionários protestantes. Excedem às competências do Governo-Geral da Província, exercem influência nos meios políticos dos respetivos países e nos seus órgãos de informação (EUA e Canadá). Pelo que se apela contenção para evitar que essa influência continue a exercer-se em contrário da política nacional em relação ao Ultramar<sup>10</sup>.

Já em 1967, em virtude das relações diplomáticas e da situação do conflito armado no distrito do Moxico, os cônsules britânico e americano, em Luanda, ordenam a todos os missionários protestantes e seus compatriotas que se encontram em atividade que abandonem o referido distrito<sup>11</sup>.

### **Os movimentos profético-salvíficos: o tokoísmo**

Considera-se na sequência do impacto missionário protestante em Angola e da pronta intervenção das autoridades portuguesas (preservar a unidade do projeto imperial), sobretudo a distinção pelo regime colonial entre «civilizados» e «indígenas» (os indígenas são regidos, não pelo direito geral, mas pelos usos e costumes tradicionais tutelados pelo Estado) e a codificação do regime de trabalho, obrigatório, não desincentiva o desejo de os angolanos se desfilarem da tutela portuguesa. A consciência separatista em Angola cresce cada vez mais entre os anos 1940 e 1960. A par dos movimentos políticos, também os movimentos profético-religiosos apregoam esperanças de libertação ao povo.

Em Angola, com base no catolicismo e, a seguir, no protestantismo, substitutos das crenças tradicionais, nasce o *tokoísmo*. Movimento profético, o *tokoísmo* desponta no panorama dos movimentos religiosos africanos, no século XX, que pretendem africanizar o cristianismo e

---

<sup>9</sup> PT/TT SCCIA, Atividades das Missões Protestantes em Angola, Relatório da Situação n.º 17, 11 de Maio de 1962, cx. 234, Processo de Informação n.º 24.

<sup>10</sup> PT/TT AOS, Correspondência sobre Angola, Situação Interna em Angola: pedido de medidas de emergência. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho/Agenda da visita do Governador-Geral de Angola à Metrópole, 1964, CO/UL – 41, pasta n.º 14, fls. n.ºs 219-221.

<sup>11</sup> PT/TT PIDE/DGS, AC Del Luso Processo de Informação 2197, Unidade de Instalação 6951 (Confidencial, Missões Evangélicas/Moxico), fl. n.º 465.

ver Deus com os próprios olhos. A mensagem cristã (universal) é adotada por precursores locais que a espalham no intuito de libertar o povo da servidão dos sistemas coloniais. (NGOENHA, 1993, p. 137).

Fundam-se, sob a égide de figuras carismáticas (profetas) africanas, igrejas locais cuja doutrina e discurso desembocam na consciencialização do povo e na aspiração da liberdade. A nova mensagem, de inspiração cristã, não é compatível com o ordenamento jurídico e político-social imposto. A instrução religiosa leva, por isso, algumas figuras das diversas confissões religiosas a apresentarem-se como defensoras dos direitos e da dignidade que os autóctones deveriam merecer dos poderes coloniais. São os casos de Simão Gonçalves Toko, com o *tokoismo* (Angola), de Simon Zeferin Lassy, com o *lassismo* (Ponta Negra, Congo Brazzaville), de Simon Kimbangu, com o *kimbanguismo* (Congo Léopoldville), entre outros.

Definindo tais movimentos, resume discutivelmente Balandier (1971, p. 421):

Trata-se de agrupamentos religiosos formados por secessão a partir das missões cristãs (de onde a classificação de igrejas separatistas), ou criados por imitação daquelas e cujo elemento central é uma personalidade profética que anuncia uma espécie de «idade de ouro». Tais agrupamentos, que exercem um grande poder de atracção, parecem instáveis enquanto igrejas organizadas, mas duradoiras quanto à necessidade que satisfazem e aos fins que prosseguem. As igrejas nascem e desaparecem, mas o movimento messiânico mantém-se com notável permanência há várias décadas. O fenómeno tem simultaneamente significado cultural e representa uma reacção contra a introdução, em grande parte coerciva, de elementos culturais estranhos — e sociológicos —, pois revela um retomar de iniciativa da sociedade dominada e manifesta uma tentativa de reorganização social.

Nos 1950 e 1960, entre os muitos movimentos religiosos africanos, o que atinge maior expansão em Angola é o *tokoismo*, que tem grandes afinidades com o *kimbanguismo*, embora cada um dos «profetas» tenha seguido o seu próprio caminho.

O fundador do *tokoismo* é Simão Gonçalves Toko. Nasceu em 24 de Fevereiro de 1918 numa família de agricultores em Sadi-Zulomongo, povoação de Maquela do Zombo, Uíge (Angola). Estuda na Missão Baptista de Kibokolo, sob tutela dos missionários da Sociedade Missionária Baptista (SMB), até 1933, quando é transferido para Luanda a fim de continuar com o Ensino Secundário. Em 1936, conclui o 2.º ano do Curso Liceal no Liceu Salvador Correia, em Luanda. Em 1937 regressa à missão de Kibokolo, onde se ocupa no ministério do ensino. Porém, em Outubro do ano seguinte é oficialmente transferido pelos missionários da SMB para Léopoldville, agora na British Missionary Society (BMS), congénere daquela na qual Toko trabalhara em Kibokolo e no Bembe. (CUNHA, 1959, p. 30; KISELA, 2004, p. 23; SANTOS, 1972, p. 740).

Empregado nessa missão batista, anos depois passa a evangelizar por conta própria, sobretudo depois de alguns contactos com o *kimbanguismo*, com o Exército de Salvação e com as Testemunhas de Jeová. (GABRIEL, 1975, p. 614).

A legitimidade de Simão Toko como afirma-se arauto de uma mensagem cristã nova é inusitada. Segundo ele afirma, o Espírito Santo havia descido sobre ele, enquanto estava em oração na noite de 25 de Julho. Depois disto, passa a pregar uma nova doutrina. Afirma que a Bíblia dos brancos não está completa, pois haviam subtraído uma página com a afirmação de que Cristo é «negro». (VAZ, 1970, pp. 125–127).

Residindo em Léopoldville, as autoridades belgas, já preocupadas com outras seitas religiosas, prendem Simão Toko juntamente com os seus correligionários angolanos. Em Janeiro de 1950 repatriam-nos para Nóqui, Uíge (Angola). O governo português de Angola fixa-os no Vale do Loge, onde Simão Toko consegue desenvolver grande proselitismo, difundindo os seus ideais e as suas convicções religiosas. (HENDERSON, 1990). A experiência de Toko em Léopoldville, pela concretização da independência do antigo território belga em Junho de 1960, e a intensificação da repressão portuguesa em Angola, desencadeada em virtude dos acontecimentos de 15 de Março de 1961, no Norte de Angola, estimulam-no no apoio religioso às populações em êxodo.

Apesar dos óbices e das proibições das políticas coloniais, o *tokoismo* muito contribuiu para a propagação da consciência africana entre os povos de Angola, uma vez que fixam residência ao seu fundador amiudadamente em vários pontos de Angola.

Na agenda da visita do Governador-geral de Angola general Silvino Silvério Marques à Metrópole, em 1964<sup>12</sup>, faz-se saber que — em virtude dos acontecimentos de 1961, revolta iniciada em 15 de Março no Norte de Angola que marca o início da luta de libertação, pois Portugal escolheu fazer a guerra do que aceitar a independência de Angola (ALVES e GARCIA, 2017, p. 283; jornal Diário de Notícias<sup>13</sup>) — da influência do *tokoismo* e não só, os meios de ação para a melhoria das condições de vida das populações tinham sido concentrados no Norte.

Todavia, segundo o Governador Silvino Marques não se podem esquecer as restantes regiões da província cuja consciência de resistência anticolonial se vai generalizando. A título exemplificativo cita «o extraordinário surto *tokoista* verificado especialmente nos últimos dois

---

<sup>12</sup> Em 1961, em virtude dos acontecimentos do Norte de Angola, as Associações Económicas de Luanda solicitam medidas de emergência do Presidente do Conselho, Salazar. PT/TT AOS, CO, UL, 39, pasta 8. Telegrama e cartas enviadas ao Presidente do Conselho pelas Associações Económicas de Luanda, fls. n.ºs 471-473.

<sup>13</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, «Discurso de António de Oliveira Salazar», 14 de Abril de 1961, p. 1.

anos no Lobito e em Benguela e a propaganda do SWAPO<sup>14</sup> no Sul da Huíla»<sup>15</sup>. Sobre os *tokoistas*, a PIDE receia que o seu culto sirva para disfarçar uma organização subversiva em curso. Para o governador, urge implementar ações sistemáticas das autoridades para neutralizar o *tokoismo*, dada a potencialmente a maciça adesão popular.

No período após a Segunda Guerra Mundial, estes movimentos proféticos, em especial o *tokoismo* em Angola, empenham-se na consciencialização do povo nativo para a libertação. Há quem os veja como fomentadores das revoltas africanas, equiparando-as aos movimentos de libertação nacional. (TOKAREV, 1990; BATSÍKAMA, 2017; MBAH, 2010; TALI, 2001; SANTOS, 1965). As administrações coloniais, por exemplo, temem do seu potencial subversivo e separatista. (ALEXANDRE, 2017, pp. 30–31). Uma análise mais cuidadosa não justifica tais asserções. Claramente, o *tokoismo* não é um movimento político. No entanto, as suas atividades estimulam os líderes dos grupos políticos que se mobilizam para enfrentar as autoridades coloniais. Segundo Cléria Ferreira (2012, p. 94), durante a colonização portuguesa na década de 60, a contribuição *tokoista* é favorecida nos termos de uma passiva «resistência religiosa». É em nome do mesmo povo (sofredor) que todas as forças autóctones se devem dedicar à libertação de Angola. Além disso, na adesão popular ao movimento, incluem-se os vários ativistas da consciência emancipalista de Angola. Este movimento veiculado por Simão Toko tem bastante influência em tomadas de posições anticoloniais. (SANTOS, 1972, p. 276). De acordo com Lúcio Lara (1997, p. 11),

O nome de Simão Toko está inscrito entre os indicadores do nacionalismo moderno como mobilizador da juventude dos anos cinquenta, sobretudo da juventude do Zombo, que teve um interessante papel cultural através de coros e outras ações políticas».

Movimento pacifista, o *tokoismo*, não foi poupado de críticas nem de acusações. As sublevações de Luanda e do Norte de Angola de 01 de Fevereiro e 15 de Março de 1961 que marcam o início da luta de libertação nacional, as autoridades coloniais imputam (também) responsabilidades ao movimento religioso *tokoista*; já os críticos da dominação colonial, em virtude de tal enfrentamento, consideram de «mágico» o movimento de Simão Toko. (RANGER, 2010, p. 65). As razões tais considerações atêm-se no incitamento ao destemor

---

<sup>14</sup> South West Africa People's Organization (Organização dos Povos do Sudoeste Africano). Movimento do Sudoeste Africano, SWAPO, é integrado por indivíduos pertencentes aos povos da mesma etnia com os do Sul de Angola — Herero, Ovambo e Okavango. Sublinha-se, desta feita, em virtude da situação colonial, as relações de solidariedade nas quais quer os movimentos angolanos quer os namibianos se previnem da intolerância dos regimes coloniais (Portugal e a República da África do Sul) que simboliza a cooperação entre as elites independentistas.

<sup>15</sup> PT/TT AOS, UL, 41, pasta 14, fl. n.º 219.

(suicídio) de os angolanos enfrentarem as forças da ordem independentemente do seu arsenal bélico. Eduardo dos Santos (SANTOS, 1972, pp. 429–435), apelando para as autoridades de direito do perigo dos movimentos angolanos no decurso da década de 60, considerou-os, incluindo o *tokoismo*, de terroristas.

Na evolução do *tokoismo* ao lado dos movimentos políticos, importa destacar que nascidos embora no contexto de resistência aos projetos coloniais, coabitam em prol do mesmo povo com esses movimentos independentistas constituindo um exemplo de vitalidade e agência no que se refere à persistência e à transnacionalização dos movimentos religiosos no mundo<sup>16</sup>. Conhecem (em particular o *tokoismo*) uma redefinição religiosa como igrejas universais além das fronteiras alegadamente étnicas Bakongo, nacionais (angolanas) ou continentais (africanas) que marcam os primeiros tempos. Lembra-se que o sociólogo Balandier sublinhou a presença de «elementos culturais estranhos» no seio desses movimentos proféticos. Em Angola, o *tokoismo* é hoje a segunda maior igreja cristã a seguir à Igreja Católica e a única de cariz autóctone com implantação em nível nacional. (BLANES, 2009, p. 14; BLANES e SARRÓ, 2015, p. 171).

### Considerações finais

O estudo em análise, «o contributo das missões protestantes e do *tokoismo* em Angola», destaca como pano de fundo a temática da colonização e descolonização na história de Angola. Evidências, como no resto do continente africano, da presença colonial europeia em África, despertou no final da Segunda Guerra Mundial o nacionalismo como expressão e sentimento patriótico para reclamar a independência.

Em Angola, o impacto da presença portuguesa assinalou, com intervenção de fatores de vária ordem, o fim da organização política colonial há muito instalada no território com o despertar nacionalista das elites locais na década de 1960. A força motriz para essa possibilidade, desempenho conjunto e rivalizado dos três movimentos de libertação a UPA-FNLA, o MPLA e a UNITA que conduziram a fase final do nacionalismo independentista angolano, deu-se também com a mediação religiosa. Sublinha-se, em particular, a contribuição protestante e do *tokoismo*.

A implantação das missões protestantes no final de Oitocentos incitou, dentre os seus princípios pastorais e evangélicos, a formação da consciência política das elites independentistas emergentes afetas aos movimentos de libertação — UPA-FNLA, MPLA e

---

<sup>16</sup> Para uma compreensão do *tokoismo* a partir da sua simbologia e doutrina veja-se: (CUNHA, 1958; M'VENG, 1967; SANTOS, 1972).

UNITA. Essas missões instalaram-se, em Angola, acompanhando a ocupação colonial portuguesa que repartiu o território em três regiões: Norte (Bakongo, língua kikongo), Centro (Luanda-Mbundu, língua kimbundu) e Sul (Ovimbundu, língua umbundu).

Os fundadores e a maior parte da elite da UPA-FNLA, movimento formado no Norte de Angola que protagonizou o levantamento contra as autoridades portuguesas em 1961, dando início à luta de libertação, são apoiados (bolsas de estudo no estrangeiro) pela Sociedade Missionária Baptista que se instalara no Norte, região Bakongo, desde 1878. Nos anais da implantação desta Missão, primeira igreja protestante em Mbanza Kongo, destacam-se dois homens *kikongo*, Nlemvo e Nekaka, que contribuíram de modo muito especial para a edificação da igreja no seio das suas gentes. Desde a ereção de estruturas à pregação da Palavra, estes homens puderam traduzir e ensinar as Escrituras na língua dos kongueses, *kikongo*. Sublinhe-se que é do avô, Nekaka, que Holden Roberto (presidente da UPA-FNLA) herdou a determinação e a perseverança que moldaram tanto o seu carácter como a sua bravura na defesa de uma futura Angola emancipada da autoridade portuguesa. Não admira, pois, por influência missionária batista no Norte de Angola, a elite da UPA-FNLA fosse protestante e maioritariamente originária da região norte do território colonial.

O MPLA é outro movimento que beneficiou do apoio missionário protestante. Embora fosse constituído maioritariamente por católicos, parte da sua elite incluindo figuras do topo, Agostinho Neto (presidente), Domingos Francisco da Silva (vice-presidente), Deolinda Rodrigues e outros, são fruto da igreja Metodista. É pela missão Metodista que muitos adquiriram bolsas de estudo para o estrangeiro. Donde Agostinho Neto, por Angola, pode destacar-se a partir da Metrópole como poeta, nacionalista e estadista.

Originários em maioria do Sul de Angola (Planalto Central), a UNITA, movimento de Jonas Savimbi, a par da UPA-FNLA e do MPLA, também foi professante do protestantismo, do Conselho Americano de Comissários para as Missões Estrangeiras, Congregacionistas, que se instalou no Bailundo desde 1880 e outras confissões congêneres aos quais grande parte dos integrantes recebe instrução das primeiras letras e outros apoios da pastoral protestante, marcando a consciência política revolucionária do movimento.

É deveras importante destacar, ao lado do apoio protestante, a mobilização do *tokoismo* para o apoio espiritual e social das populações de Angola. Na sociedade angolana da época, outras confissões religiosas, particularmente o cristianismo protestante, não era bem vista pelas autoridades coloniais, que privilegiavam a parceria católica. Tão menos poderia se esperar o movimento de Simão Toko, considerado herético e instigador de violência. Contudo, não sendo

um movimento político, em nome do mesmo povo sofredor, oprimido pela lei do Indigenato e do trabalho forçado, o *tokoísmo* desenvolveu as suas atividades estimulando os protagonistas políticos no enfrentamento do regime colonial. Ademais, as perseguições desencadeadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado no sentido de coibir os objetivos africanos de visualizar Deus na perspectiva de Simão Toko, tornaram-se contraproducentes e, inclusive, deram visibilidade do movimento na extensão do território. A integração de Simão Toko e seus sequazes, expulsos do Congo ex-Belga, em Angola pelas autoridades portuguesas, distribuindo-os nos vários centros de trabalho, do norte ao sul, fez com que o *tokoísmo* amparasse e consciencializasse as populações na causa e crença da libertação. A experiência da colonização encarada passivamente pelos (missionários católicos) europeus justificou, doutrina *tokoísta*, o anúncio de um Deus amigo dos sofredores, consolador dos angolanos e inspirador da libertação.

### Referências

- ABREU, A. F. A Igreja Católica e a Primeira República. **Humanística e Teologia**, v. 31, n. 2, pp. 157–186, 2010.
- ALEXANDRE, V. **Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ALEXANDRE, V. **Contra o vento: Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2017.
- ALVES, T. e GARCIA, J. L. «Para Angola, rapidamente e em força»: a mobilização para a guerra na imprensa portuguesa e o seu debate internacional. In: GARCIA, J. L.; ALVES, T.; LÉONARD, Y. (Eds.). **Salazar, o Estado Novo e os media**. Lisboa: Ed. 70, 2017.
- BALANDIER, G. **Sociologie actuelle de l’Afrique noire**. 3<sup>a</sup> ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- BATSÍKAMA, P. **Tokoísmo: Filosofia da Libertação**. Luanda, Angola: Solwidi, Lda, 2017.
- BAUER, J. **2000 anos de cristianismo em África: uma história da igreja africana**. Lisboa-Luanda-Maputo: Paulinas, 1994.
- BLANES, R. L. O Messias entretanto já chegou: relendo Balandier e o profetismo africano na pós-colónia. **Campos Revista de Antropologia Social**, v. 10, n<sup>o</sup> 2, 2009.
- BLANES, R. L. e SARRÓ, R. Geração, presença e memória: a Igreja Tocoísta em Angola. **Etnográfica**, v. 19, n<sup>o</sup> 1, 2015.

CARVALHO, E. J. M. DE. Etapas marcantes no Metodismo angolano no último século. In: **Igreja Metodista Unida de Angola: a caminhada histórica na liderança do episcopado metodista angolano (1972-2000)**. Queluz: IMUA, 2001.

CUNHA, S. **Aspectos dos movimentos associativos na África negra**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958. v. I.

CUNHA, S. **Aspectos dos movimentos associativos na África negra**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1959. v. II.

DELGADO, R. **História de Angola: terceiro período (1648-1836)**. Lisboa: Edição do Banco de Angola, 1953. v. 3.

FERREIRA, C. DE L. **O tokoísmo como elemento de identidade angolana: 1950-1965**. Lisboa: Lisboa, Faculdade de Letras, 2012.

GABRIEL, M. N. **Angola cinco séculos de cristianismo**. Queluz: Literal, 1975.

GRENFELL, F. J. **Uma Igreja jovem em Angola: História da Igreja Evangélica Baptista em Angola (1975-2002)**. Queluz: Centro de Publicações Cristãs, 2012.

HENDERSON, L. W. **A igreja em Angola: um rio com várias correntes**. Lisboa: Além-Mar, 1990.

HENDERSON, L. W. **Angola: five centuries of conflict**. London: Cornell University Press, s/d.

KISELA, J. A. **Simão Toco: a trajectória de um homem de paz**. Luanda: Nzila, 2004.

LARA, L. **Um amplo movimento: itinerário do MPLA através de documentos e anotações**. Luanda: s.n., 1997. v. I, até 1961.

MARCUM, J. **The Angola revolution: the anatomy of an explosion (1950-1962)**. Cambridge: Mit Press, 1969. v. I.

MBAH, J. M. A. **As rivalidades políticas entre a FNLA e MPLA (1961-1975)**. Luanda: Mayamba, 2010.

M'VENG, E. Structures fondamentales de la prière negro-africaine. **Personalité Africaine et Catholicisme**, Personalité Africaine et Catholicisme (Paris). 1967.

NASCIMENTO, C. A. DO. **O meu diário**. Luanda: [s.n.].

NEVES, T. As igrejas e o nacionalismo em Angola. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, n. 13/14, p. 511–526, 2007.

NGOENHA, S. E. **Filosofia africana: das independências às liberdades**. Maputo: Paulistas-África, 1993.



PACHECO, C. **Agostinho Neto: o perfil de um ditador: a história do MPLA em carne viva**. 1a. edição ed. Lisboa: Vega, 2016. v. I.

PINTO, D. M. G. **Ensaio sobre a evolução política do Estado Novo**. Porto: Fernando Pessoa, 2010.

RANGER, T. O. Iniciativas e resistência africana em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **História Geral de África – África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. VII.

ROSAS, F. A CEI no contexto da política colonial portuguesa. In: **Mensagem: Casa dos Estudantes do Império 1944-1994. Número Especial**. Lisboa: UCCLA, 2015.

SANTOS, E. DOS. **Maza: elementos de etno-história para a interpretação do terrorismo no noroeste de Angola**. Lisboa: [s.n.].

SANTOS, E. DOS. **Movimentos proféticos e mágicos em Angola**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1972.

TALI, J.-M. M. **Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977)**. Luanda: Editorial Nzila, 2001. v. I: 1962-1974.

TOKAREV, S. **História das religiões**. Moscovo: Progresso, 1990.

TOMÁS, C. A. DA C. **Discursos e práticas alternativas de reconciliação nacional e de construção da nação em Angola: o caso da Igreja Evangélica Congregacional de Angola**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2010.

VAZ, J. M. **No mundo dos cabindas: estudo etnográfico**. Lisboa: L.I.A.M., 1970. v. I

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 1ª. ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.